

PARTICIPAÇÃO, PODER E POLÍTICA: O FEMINISMO ENQUANTO LUTA DE CLASSES

Data de aceite: 03/04/2023

Andreia Agda Silva Honorato

Assistente Social. Mestre e Doutora pela PUC SP. Professora Adjunta no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social – GPEFSS

Bárbara Nicole Sales de Amorim

Assistente Social graduada pela Faculdade de Mauá (FAMA)

Bruna Caroline Tossato Pereira

Assistente Social formada pela Faculdade de Mauá (FAMA)

Geneviève Melissa Dos Santos Silva

Assistente Social formada pela Faculdade de Mauá (FAMA)

RESUMO: O artigo em tela trata sobre o lugar do feminismo na luta de classes, ou seja, a importância do protagonismo de sua participação, poder e política frente aos enfrentamentos contra hegemônicos do machismo, do patriarcado e, sobretudo, da ideologia burguesa. O movimento feminista é um dos movimentos com maior alcance global atualmente, embora o feminismo que

enxergamos nos veículos midiáticos seja, em sua maior parte, o feminismo liberal, que por estar incorporado ao capitalismo tem fim em si mesmo, portanto, abordamos sobre o feminismo que, para além da defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres, tem como uma de suas pautas a emancipação da classe trabalhadora e a denúncia do aparelho opressor do Estado. Neste sentido, a abordagem fundamenta-se a partir de pesquisa bibliográfica e exploratória e seu método de análise, o materialismo histórico-dialético, considerando de modo central categorias fundantes como história, totalidade, mediação, trabalho e contradição. Assim, é possível identificar como resultado, a urgência da organização política das mulheres para galgar conquistas importantes no âmbito da cultura, capaz de fazer valer as conquistas legais anteriormente alcançadas a partir de potentes movimentos custeados por muitas vidas ceifadas.

PALAVRAS-CHAVE: Luta de Classes. Feminismo. Tradição Marxista. Movimento Feminista.

PARTICIPATION, POWER AND POLITICS: FEMINISM AS A CLASS STRUGGLE

ABSTRACT: The article in question deals with the place of feminism in the class struggle, that is, the importance of the protagonism of its participation, power and politics in the face of confrontations against hegemonic machismo, patriarchy and, above all, bourgeois ideology. The feminist movement is one of the movements with the greatest global reach today, although the feminism that we see in the media is, for the most part, liberal feminism, which, because it is incorporated into capitalism, has an end in itself, therefore, we approach about feminism which, in addition to defending women's social and political rights, has as one of its agendas the emancipation of the working class and the denunciation of the oppressive apparatus of the State. In this sense, the approach is based on bibliographic and exploratory research and its method of analysis, dialectical historical materialism, considering in a central way founding categories such as history, totality, mediation, work and contradiction. Thus, it is possible to identify, as a result, the urgency of the political organization of women to reach important conquests in the field of culture, capable of asserting the legal conquests previously conquered from powerful movements paid for by many lives taken.

KEYWORDS: Class Struggle. Feminism. Marxist tradition. Feminist Movement.

1 | INTRODUÇÃO

Assim como cita Engels em “A origem da família, da propriedade e do Estado” (1884), sabe-se que a relação de opressão, o papel do casamento e do controle social e biológico sobre os corpos feminismo se relacionam diretamente com a propriedade privada, sendo esta, a primeira dominação conhecida pelos termos históricos, e mantida pelo patriarcado e pelo capitalismo.

O movimento feminista é um dos movimentos com maior alcance global atualmente, embora o feminismo que enxergamos nos veículos midiáticos seja, em sua maior parte, o feminismo liberal, que por estar incorporado ao capitalismo tem fim em si mesmo, falemos então sobre o feminismo que, para além da defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres, tem como uma de suas pautas a emancipação da classe trabalhadora e a denúncia do aparelho opressor do Estado.

O marxismo forneceu ao movimento feminista armas teóricas que permitem a compreensão crítica e emancipatória da sociedade, de modo que fosse possível compreender a maneira que a emancipação feminista deve ser construída juntamente a emancipação humana – ou se preferir, juntamente a emancipação da classe trabalhadora, uma vez que ambas as lutas são intrínsecas.

Dividido em três momentos, inicialmente se faz uma breve historicização dos movimentos sociais, para que, então, seja possível contextualizar, num segundo momento, o movimento feminista e no terceiro e último momento, trazer um movimento emancipatório como alternativa política.

Por isso, o diálogo a ser travado neste trabalho sugere que, apesar de avanços, ainda são muitos os desafios, uma vez que a opressão das mulheres não se coloca como

um problema específico, ao contrário, ele está inerente à lógica capitalista, e por isso, a luta feminista deve partir também de uma perspectiva antirracista e anticapitalista.

2 | MOVIMENTO FEMINISTA: HISTÓRIA E POTÊNCIA.

Os Movimentos Sociais estabelecem-se como um expressivo instrumento da democracia, visto que, designa um dos meios de mediação entre os grupos minoritários e o Estado. Este último citado possui um papel indispensável quanto a manutenção das desigualdades, o que incita esses movimentos a expandirem e empenhar-se na luta contra as injustiças sociais postas.

Deste modo, a eclosão dos movimentos sociais associa-se, em particular, as mudanças nas relações produtivas oriundas do mundo do trabalho, que se manifestam a partir da segunda metade do século XVIII na Europa, mais precisamente, na Inglaterra, com o advento da Revolução Industrial. Este processo influi em consideráveis alterações no modo como o processo produtivo, e conseqüentemente as relações de trabalho, se davam, a partir da transição da manufatura para a maquinofatura. No modo de produção manufatureiro, a construção das mercadorias realizava-se de modo manual e passam a ser substituídas pelas máquinas, intensificando a produção quanto a demanda e tempo de produção.

Os trabalhadores, agora denominados como operários assalariados, passam a exercer o manuseio do maquinário e a concentrar-se em um mesmo espaço coletivo. Porém, essa nova forma de organização, além de propiciar distintas maneiras de exploração ao trabalhador, resulta na concentração do lucro apenas aos proprietários dos meios de produção. Além de que, os espaços não apresentavam o mínimo de salubridade aos trabalhadores, era recorrente a exploração da força de trabalho feminina e infantil, as jornadas de trabalho eram excessivas, chegando a ultrapassar 16 horas diárias e a queda salarial, expressiva.

Portanto, o processo de industrialização além de promover a urbanização e uma reforma no modo de produção até então vigente, resulta também em uma forte tensão entre a classe trabalhadora e a burguesia, uma vez que, suas condições assemelham-se para além do âmbito trabalhista, como as inúmeras horas trabalhadas, o salário escasso e a falta de direitos trabalhistas, mas também as más condições de moradia, de saúde, entre outros aspectos.

Assim, os trabalhadores unem-se em busca de melhorias trabalhistas. Suas mobilizações até ganham força, porém, como resposta, o Estado replica intensa repressão.

Em 1811, ocorre o que ficou conhecido como a primeira articulação operária, o Movimento Ludista. No qual, os trabalhadores invadiram as fábricas, quebrando os maquinários como forma de demonstrar sua insatisfação e reivindicar por oferta de melhores condições de trabalho.

Importante ressaltar que a progressão do processo de produção é acompanhada da organização operária e crescimento do movimento sindical. O direito livre associação sindical é aprovado pelo Parlamento Inglês em 1824 e deste modo, organizações de trabalhadores, conhecida como *trade-unions*¹, passam a negociar as questões trabalhistas na Inglaterra onde suas reivindicações eram movimentadas, principalmente, pelas greves, onde o sindicato agia no auxílio aos trabalhadores ou desempregados por meio das “caixas de resistência”.²

Outro movimento de extrema relevância para a luta operária, foi o Movimento Cartista, que ocorreu duas décadas depois do Ludismo, em 1830. O movimento não reivindicava apenas questões econômicas, como redução da jornada ou aumento salarial, mas, reivindicavam, também uma Carta Constitucional que pudesse garantir os direitos trabalhistas adquiridos e o direito ao voto, visto a necessidade de eleger representantes que lutassem pelos interesses dos operários. Em 1838 as propostas Cartistas centrais foram apresentadas ao parlamento inglês pela Carta do Povo³.

[...] já concebendo a contradição do capital e o trabalho, os operários começam a formalizar coalizões contra os burgueses; juntam-se em defesa do seu salário; fundam associações permanentes, a luta se expressa em motins [...] (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 230).

Os movimentos revolucionários de 1848 representam um marco importante nas lutas operárias, pois retratam o momento em que os trabalhadores passam a ter consciência de *classe para si*, contrapondo o projeto sociopolítico burguês. Neste mesmo ano é redigido o *Manifesto do Partido Comunista* por Karl Marx e Engels, membros da *Liga dos Comunistas*.⁴ Apresentavam o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e a nova classe emergente, o proletariado abordava a necessidade da propagação dos princípios do movimento no conjunto dos trabalhadores, assim como de organização deles para além das fábricas e em nível mundial.

A partir desse marco, a concepção da classe trabalhadora como protagonista sócio-histórico já havia se concretizado. Portanto, mesmo com as derrotas enfrentadas pelos atos revolucionários, mobilizações e reivindicações, a identidade proletária encontrava-se materializada.

A princípio, as lutas operárias apresentavam demandas trabalhistas em busca da melhoria das condições de trabalho, aumento salarial, direitos básicos aos trabalhadores, entre outros aspectos e em seguida, com a consciência de classe corporificada, passam a também a defender um novo projeto sociopolítico.

1 Refere-se às associações sindicais que se consolidam a partir de 1924 com a conquista inglesa pelo direito à livre associação, apresentando como objetivo, planejar e estruturar a luta operária.

2 Fundo organizado pelas associações sindicais, como um auxílio, que possibilita manter os trabalhadores em greve, através desse meio, até que o conflito chegasse em seu desfecho.

3 Documento escrito em 1838, por William Lovett, deu início movimento cartista, fora um movimento político operário. O Movimento Cartista. Abrangia as reivindicações e o que desejava-se implementar.

4 É criado em 1830 como Liga dos Proscritos, tem seu nome alterado por duas vezes, como Liga dos Justos e somente em 1847, Liga dos Comunistas. Cumpria sua função de partido, como instrumento de organização das lutas operárias.

Dito isso, é de extrema importância destacar que a instituição das lutas da classe trabalhadora brasileira não se baseia a partir deste marco, e sim, são herdadas da luta dos escravos e escravas. Deste modo, não emergem somente por meio do processo de industrialização, nos países latino-americanos, por exemplo, sua gênese é estabelecida no período escravista.

Uma vez que, os colonizadores – no caso do Brasil, os portugueses – utilizavam de métodos violentos e se justificavam através da crença de inferioridade dos colonizados e sua superioridade, diferentemente dos países colonos, dentro das colônias, a divisão sexual do trabalho estava subordinada a questão racial, pois, homens e mulheres negras eram iguais para fins de exploração escravista, enquanto homens brancos de classe baixa ainda podiam ter pequenas propriedades e trabalharem enquanto comerciantes. Nota-se então que a divisão do trabalho estava diretamente associada à sua raça.

A questão de gênero é, e sempre foi articulada a questão de raça. Ainda se tratando de colonização, homens e mulheres colonizados eram tidos enquanto animais, pois a perspectiva eurocêntrica era utilizada como padrões normativos para comportamentos, e por não seguirem determinadas normativas, os colonizados foram instituídos como “selvagens”, ou ainda, machos e fêmeas, por serem tratados enquanto animais.

A expropriação cultural que os colonizadores europeus causaram pelo globo viabilizou que seus ideais de superioridade de raça e visão de mundo fossem a única possível. Assim sendo, os povos colonizados e escravizados foram condicionados a comportarem-se de acordo com os ideais europeus, e ainda assim, não lhes foram concedidos o tratamento de não-animais. Resultando assim em mudanças das quais ainda hoje se fazem presentes aos países colonizados. As primeiras formas de preconceitos e desigualdade foram instauradas pela invasão eurocêntrica branca, que hoje, ignoram profundamente os efeitos catastróficos que a colonização causara. Para além do racismo, a opressão de gênero também se faz presente neste processo, de modo que altera as configurações das relações sociais.

Em 1822, quando o Brasil se torna um Estado “independente”, inicialmente, esperava-se que os colonizadores evadissem o país e que as reminiscências do passado fossem apagadas, no entanto, nada realmente mudou no cenário político e social brasileiro. Os interesses ainda continuavam em prol da manutenção do sistema de exploração e dominação dos povos negros que eram então escravizados (negros e indígenas). Privilégios de raça e classe continuavam a se reafirmarem através da exploração econômica, permitindo que a estrutura racista se tornasse ainda mais firme, mesmo após o “fim” da escravidão, de modo que a condição socioeconômica dos negros e indígenas não mudara.

No período de colonização, o que era considerado somente por desigualdade, fossem elas, sociais, econômicas ou políticas, eram na verdade o início da “questão social”, este termo, no entanto, só passa a ser reconhecido e utilizado no Brasil no período da industrialização. Reforçando assim que o que acontece com a instauração completa do modo de produção capitalista é o agravamento da questão social e a “modernização” das

suas expressões.

Historicamente, o Brasil possui como principal particularidade, movimentos sociais com o propósito de luta contra governos autoritários, pela democracia e liberdade.

A expansão dos movimentos no contexto sócio-histórico brasileiro se deu em consequência das transformações econômicas e da limitada participação política da classe trabalhadora.

As balizas do modelo de desenvolvimento econômico-social adotadas pela “autocracia burguesa” (na expressão de Florestan Fernandes), a partir do golpe de 1964, foram conduzidas segundo os interesses do grande capital monopolista, reforçando o desenvolvimento dependente e associado e a integração subordinada do Brasil à ordem capitalista internacional. Desse modo, a reprodução ampliada do desenvolvimento dependente e associado veio consolidar o processo de concentração e de centralização do capital, que vinham se efetivando nas mãos dos grandes monopolistas, instaurando uma estrutura econômica-social marcada pela concentração da propriedade e da renda e de uma enorme desigualdade social (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 267-268).

Na década de 1970 ocorre a expansão do capitalismo brasileiro, por meio de uma estratégia que se baseava no endividamento externo e o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora. O arrocho salarial e o desemprego causados pelo sistema ditatorial somaram-se a insatisfação econômica e política e os movimentos populares passam a intensificar-se, resultando na crise da autocracia burguesa.

A busca pela industrialização do país repercutiu em significativas mudanças na área rural, pois se inicia o processo de investimentos na tecnificação agrícola e agroindustrial, assim os trabalhadores rurais são impulsionados a migrar aos centros urbanos. Encontram baixos salários e a negligência governamental na condução e promoção de bens de consumos coletivos, como consequência, ocorre o aumento dos loteamentos, acompanhado de questões como ausência de saneamento básico, transporte coletivo, Sistema Único de Saúde, escolas, entre outros. Associado a esse novo contexto, o sindicalismo se reformula, assim como uma nova diversidade de movimentos sociais urbanos e rurais.

Importante também enfatizar sobre trajetória dos movimentos sindicais no Brasil, assim como o contexto histórico em que se expressam, devido a extrema relevância para luta operária.

Desde a segunda metade do século XIX, o Brasil já tinha trabalho assalariado e formas variadas de organizações coletivas. É no período da República Velha (1889-1930) que temos a constituição não só do movimento operário, mas também da própria classe trabalhadora (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p.233).

O aspecto contribuinte se dá pela chegada dos imigrantes europeus no país no fim do século XIX e as influências positivas na formação e organização para as lutas, devido ao contato já estabelecido com as reivindicações operárias em seus países. Quando chegam,

depara-se com péssimas condições de trabalho e ausência de direitos mínimos, deste modo iniciam-se as articulações.

Dado a grande influência, os governos oligárquicos constituem leis de repressão às atividades político-sindicais, contudo, não inibem a crescente organização dos trabalhadores, especialmente para as greves que ocorreram em 1920.

A partir do século XX, impulsionado pelas mudanças sócio-históricas que se dão no âmbito dos movimentos sociais revolucionários, emerge o que ficou conhecido como, novos movimentos sociais.

Mediante as ondas de conflitos estabelecidas no ano de 1968 que se estruturaram em diversos países, com maior ênfase na França, o movimento estudantil evidencia-se como protagonista, juntamente com o movimento operário e é instaurado greves gerais que paralisam o país, abrangendo a todos os setores, mas só com a adesão da classe média que o governo ditatorial é derrubado, abrindo assim novos caminhos para os movimentos político- culturais.

Elementos positivos dessas “novas” formas de contestação e de luta contribuem para revelar que as condições da reprodução do capital ultrapassam seu simples movimento econômico para se estender a totalidade das condições sociais de existência (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 266).

A consolidação desses novos movimentos sociais possibilita a instituição de novas pautas, uma vez que é identificada a necessidade do debate acerca de outros assuntos, até então não discutidos, ultrapassando assim, o campo econômico e estendendo-se a totalidade.

Assim, enfatiza-se pautas voltadas a questão de gênero, de raça, sexualidade, religião, etnia, ou até mesmo referente às condições de acesso aos bens de consumo coletivo, como moradia, saúde, educação, transporte, entre outros. Originam-se através das minorias sociais, ou seja, de grupos que não necessariamente são minoria estatística, mas sim que possuem menor influência social e política e sofrem opressão, como exemplo o movimento negro, LGBTI+, feminista, ecológico e outros. São movimentos apartidários e sem referência de classe.

2.1 Vertentes e epistemologias do feminismo

O movimento feminista, em si, se demonstra bastante plural, e por isso, é importante discutir e compreender as diferenças entre suas vertentes⁵ e epistemologias⁶. Perceba que, hoje, meio século depois de sua ascensão no Brasil, o feminismo se amplificou e se dissociou em vertentes, sendo que cada vertente possui uma perspectiva sobre a

5 Vertente é uma das formas encontradas para caracterizar e/ou classificar diferentes posições em relação às demais, neste caso especificamente, a vertente caracteriza e classifica os feminismos existentes, onde cada vertente avaliará a origem da opressão de gênero, machismo, violências de gênero, abordando, desta forma diferentes propostas mediante a prática do feminismo.

6 A epistemologia, por sua vez, se refere ao estudo crítico dos princípios, neste caso, o estudo crítico das características do feminismo. A epistemologia consiste na construção, ou ainda, reconstrução do conhecimento científico, ou seja, ela é a teoria do conhecimento, ou ainda, o estudo daquilo que se conhece.

origem da opressão da mulher e o que deve ser feito, enquanto práxis, para pôr fim a dada opressão. Estas vertentes não são compatíveis entre si, embora elas possam sim, contribuir em pautas imediatas e mais comuns como a luta contra violência doméstica, dos direitos reprodutivos, sexuais etc. Ainda assim, as concepções de realidade históricas e sociais dessas vertentes se subdividem.

As vertentes não são mais ou menos importantes do que as epistemologias, o que se é dito é sobre suas contribuições para o movimento, por isso, dentro destas vertentes existem os feminismos epistêmicos, que são perspectivas baseadas nas experiências de sujeitos políticos. Quando se fala, por exemplo, do feminismo interseccional, está se falando da junção dessas epistemologias e uma vertente. A vertente tem o papel de entonação teórica, política, de projeto societário, e de luta. A epistemologia corrobora através das experiências, conhecimentos e da prática, de modo que possibilita o enriquecimento teórico das vertentes. Os feminismos epistêmicos mais conhecidos são o feminismo negro, classista, transfeminismo, e entre outros. Sendo assim, pode-se ter o feminismo negro marxista ou transfeminismo marxista, pois deste modo, se identifica qual a situação concreta destas mulheres a partir e para o viés marxista. É possível observar, então, que existe a possibilidade de conexão entre vertentes e epistemologias, mas não existe a possibilidade de um excluir o outro.

A primeira diferença que se deve pontuar é que cada uma dessas vertentes tem avaliações discordantes sobre a concepção de Estado e Sociedade.

O feminismo liberal, por exemplo, corresponde e condiz ao capitalismo, de modo que este pode sim reconhecer desigualdades econômicas, mas em momento algum ele tentará mudar esta realidade, pelo contrário, este fará a mediação entre a luta feminista e o capitalismo, dando a entender que é possível um capitalismo humanizado e a conciliação de classes.

O radical, por sua vez, se põe enquanto um feminismo materialista, por conta das feministas materialistas francesas (hoje são as principais referências teóricas das feministas radicais) que foram uma das pioneiras na mobilização de movimentos feministas. Veja, apesar de ser materialista, ou seja, apesar de destacar o patriarcado como ferramenta essencial para a compreensão e superação da opressão de gênero, esta busca apenas uma mudança social e não uma transformação do modo de produção político e econômico, portanto, o feminismo radical se diferencia da vertente marxista, pois esta não é somente materialista, o feminismo marxista se baseia no materialismo histórico, e por vezes, se aproxima muito mais do feminismo liberal, por ser um feminismo excludente. O feminismo marxista, por sua vez, não considera apenas a desigualdade social entre homens e mulheres como o eixo central da opressão de gênero, este compreende que as questões econômicas, de propriedade privada, também têm um impacto muito grande na opressão de gênero, assim como as noções de produção e reprodução, o feminismo marxista não se limita a superar somente a noção social da opressão, este procura a superação da conjura

neoliberal capitalista.

A interseccionalidade, ou ainda, o feminismo interseccional de que tanto se fala hoje, não é uma vertente e sequer uma epistemologia, este é uma metodologia, ou seja, a interseccionalidade tem o papel de explicar as estruturas de opressões, de trazer experiências, e de qual forma e onde se encaixam estes sujeitos. Apesar de orientar e integrar boa parte das epistemologias feministas, a interseccionalidade não nos direciona para o que se deve fazer com isso, ou seja, a interseccionalidade leva em conta raça, classe, gênero e sexualidade, mas não nos diz sobre a interação entre a luta contra as opressões de um projeto societário.

Nesse ponto, a interseccionalidade não supõe que exista uma estrutura de opressão mais determinante que a outra. A interseccionalidade surge justamente para trazer a questão da mulher negra, e também das mulheres transsexuais, para confrontar as suposições já existentes dentro do feminismo, por isso, inúmeras mulheres negras e/ou transsexuais se determinam feministas interseccionais. Apesar de ligado ao feminismo marxista, existe a possibilidade de se considerar as opressões de raça, classe, sexualidade e gênero e não ter um posicionamento anticapitalista. Quem oferta essa possibilidade é o feminismo liberal, que individualiza essas questões e se apropria da interseccionalidade, de forma que conversam com as opressões de raça, sexualidade e gênero, mas negociam a classe através da promoção da possibilidade de existência de um capitalismo humanizado. É onde as pautas identitárias se fazem presentes.

Identidade é um fenômeno real: ela corresponde ao modo como o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo como formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais. Ela é, no entanto, uma abstração. Uma abstração que não nos diz nada sobre as relações sociais específicas que a constituíram (HAIDER, 2019, p. 35).

O que acontece, no entanto, é que o sistema de produção capitalista coopta as pautas sociais, e as transforma em estimuladores de consumo e, conseqüentemente, de poder, pois, uma identidade desconectada das estruturas e do cotidiano torna-se uma identidade conservadora, mesmo que não se perceba, de maneira que servirá os propósitos do capitalismo. Ou seja, a política identitária tem função de divisor social, ao passo que contribui para a manutenção do capitalismo.

Assim, por mais que existam versões liberais de política inclusiva, principalmente em como incentiva uma cultura de consumo individual ao seu redor de um suposto empoderamento LGBTQIA+, feminista e racial, não significa que o capitalismo em si é capaz de ser inclusivo. Afinal, um sistema que se baseia na exploração apenas se engaja em seletividade tática para garantir nichos de consumo e aceitação (FERNANDES, 2020, p. 91).

O feminismo marxista, no entanto, compreende a estrutura econômica como determinante – e não determinista –, e normalmente é associado a interseccionalidade de maneira que se é possível analisar as estruturas de opressão através do materialismo

histórico- dialético. Enquanto vertente esta compreende as opressões de acordo com a estruturação econômica.

O movimento feminista assim como qualquer outro movimento é carregado por uma bagagem histórica que dá a quem nele está inserido aspectos para que o objetivo no qual esse coletivo está lutando nunca perca sua essência. Sua importância está principalmente em oferecer a princípio as mulheres um espaço de luta, resistência, liberdade, autonomia e o principal de serem elas mesmas de serem mulheres.

Desde o início do século XIX, uma das palavras de ordem do movimento feminismo é a autonomia, no sentido mais liberal da palavra. O liberalismo político se relaciona facilmente com o discurso feminista visto, principalmente, nos veículos de mídia (televisões, revistas e redes sociais) já que desde o início do movimento feminista, também conhecida como “primeira onda do feminismo”, este incorporou boa parte de seus conceitos.

Inicialmente, as reivindicações do movimento feminista liberal baseavam-se nos direitos individuais, como o aborto, liberdade sexual, trabalho e das relações sociais sem a interferência estatal, e óbvio, não estamos aqui dizendo que essas reivindicações não fazem sentido, ou que não devam ser atendidas, o que queremos chamar atenção é que, apesar das relevantes reivindicações, estas não fazem por si, um recorte de classe e de raça, e não questionam o que, de fato, gera todas essas contradições. O feminismo liberal, por si, separa a sociedade civil do Estado, assim como faz a teoria política liberal. A sociedade é vista então como um espaço para expressar-se, de maneira individual, e o Estado estaria restrito à esfera pública, sem interferências à vida particular. No entanto, ao menos no Brasil, a Lei Maria da Penha⁷ e a Lei contra o feminicídio⁸ desafiaria essa dinâmica público-privado, que, quanto mais expressa a concepção abstrata de igualdade, ou seja, quanto mais expressa-se a igualdade material, maior é a cisão entre o público e o privado.

Ao passo que sua teoria compreende que deva existir essa cisão entre público-privado, segundo Cinzia Aruzza (2010) o emergente feminismo liberal girava, habitualmente, em torno de dois eixos principais: a exigência de acesso à educação e à cultura, que se fazia acompanhar por vezes de reivindicações relativas à possibilidade de afirmação profissional das mulheres e à reivindicação dos direitos civis e políticos, em primeiro lugar o direito à propriedade e a herança, ao divórcio e ao voto.

O patriarcado e o liberalismo, ou ainda, o capitalismo neoliberal está intrínseco um ao outro, uma vez que o capitalismo se utiliza do patriarcado para atenuar as expressões sociais relacionadas à questão de gênero. As sufragistas do século XIX confrontam a ideia de que as mulheres devam ocupar os espaços para além da esfera privada, mas, não questionaram a divisão sexual do trabalho. A sociedade civil não compreende o ambiente doméstico como parte da esfera privada ou pública, no entanto, ainda assim, o espaço

7 “Lei Maria da Penha.” Lei N.º 11.340 de 7 de agosto de 2006.

8 “Lei do feminicídio.” Lei N.º 13.104 de 09 de março de 2015.

familiar e doméstico, onde se reproduzem as identidades de gênero, não é parte da discussão do movimento feminista liberal, e ainda assim, este é um ambiente visto como somente feminino, e por isso, desvalorizado.

Assim, para compreender a divisão social e sexual do trabalho e o patriarcado, se deve investigar os fundamentos do contrato social, que é fundante nas sociedades, pois é a partir deste que as sociedades irão estabelecer seus direitos e deveres no que se refere à igualdade e liberdade, e também sua moral. Ao pensar as características do “ser humano” ou de cidadão, parte-se de uma perspectiva masculina. Baseando-se no contrato social, o direito masculino se sobrepõe ao da mulher, tendo em vista que, os atributos de igualdade e liberdade não são atributos universais quando se diz respeito ao gênero. Essa é a característica principal do patriarcado.

O patriarcado não se faz presente em todas as esferas sociais. No que se diz respeito aos trabalhos domésticos, as mulheres de classe média eram responsáveis pela educação e afeto, para além de claro, servir sexualmente seu parceiro. Na Roma Antiga, por exemplo, o patriarca tinha em suas mãos o poder de decidir se a mulher – e seus filhos também – viveriam ou morreriam. Hoje, as porcentagens sobre feminicídio mostram que não houve tantos avanços nesse sentido.

Por “dominação” compreenderemos então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”) e de fato as influências de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (obediência) (WEBER, 1991, p.190).

Weber (1991) se refere ao vínculo que o patriarca estabelece entre sua família e seus servos, que tem como função mantê-los e dominá-los enquanto propriedades privadas, podendo desfazer-se de tal bem a qualquer momento, pois a transferência de dominação acontecia com frequência se o patriarca morresse ou quisesse fazer a troca de sua esposa e/ou servos.

Dito isso, a compreensão histórica do papel feminino se refere à manutenção dos estereótipos que se expressam de forma estrutural em nossa sociedade e contribuem para o posicionamento subalterno. O papel social feminino está atrelado ao que é apreendido desde a infância, pelas vivências e pelo o que as instituições estabelecem, ou seja, é uma construção social. Num campo mais generalizado, o Movimento Feminista luta pelo fim desse ideário, em busca de igualdade de gênero, autonomia social, legislações igualitárias, pelo fim objetificação do corpo feminino e do assédio em diversos meios sociais, entre outros aspectos. O feminismo já se manifestava ao longo da história, existiam mulheres que pagaram e pagariam com sua vida por serem mulheres. Mas a primeira grande “onda”⁹

⁹ Uma “onda” feminista, se refere a um momento histórico relevante de efervescência militante e acadêmica onde determinadas pautas e questões das mulheres se insurgiram, dominaram o debate e influenciaram os repertórios de ação e interação do movimento.

feminista acontece no final do século XIX início do século XX, denominado na época movimento sufragista, movimento esse político, econômico e social, que no início tinha o objetivo de dar às mulheres o direito ao voto.

A primeira corrente do feminismo, designada de Primeira Onda, ou ainda, “feminismo liberal” surge juntamente a Revolução Francesa e reivindica a extensão dos direitos políticos às mulheres por meio de sua inclusão no campo da cidadania. A partir de então, a defesa dos direitos à educação e cultura tornam-se a maior bandeira de luta do feminismo. Ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, a defesa dos direitos das mulheres passa pelo Movimento Sufragista, o acesso à educação pública, a preocupação com questões sociais ligadas à família (proteção à maternidade) e ao direito das mulheres trabalhadoras (HEILBORN, ARAÚJO & BARRETO, 2010, p. 106).

Reivindicava-se, então, de modo geral, o acesso à educação, ao trabalho salubre, a cidadania e ao direito de participação sociopolítica das mulheres, acontece que, essas reivindicações eram feitas por e para mulheres brancas e burguesas, uma vez que, a mulheres da classe trabalhadora já estavam, há tempos, inseridas nos campos de trabalho fabris, e enquanto as mulheres burguesas lutavam pelo direito de trabalhar, as mulheres trabalhadoras ao compreenderem que, as desigualdades postas tinham sua raiz na divisão de classes e no capitalismo, lutavam por trabalho salubre e aumento salarial.

Há muito mais evidências corroborando o fato de que as identidades de raça e classe criam diferenças – raramente superadas – em termos de qualidade de vida, *status* social, e que isso impera sobre todas as experiências comuns partilhadas pelas mulheres (HOOKS, 2019, p.31).

Ou seja, nesse momento, o movimento feminista ainda que não mais completamente, ainda era majoritariamente composto por mulheres, onde mulheres negras tinham sua participação suprimida e invisibilizada pelas feministas brancas e pequenas-burguesas, dito isso, o movimento feminista liberal não era um movimento inclusivo, pois este não abrangia de maneira justa as demandas que todas as mulheres – principalmente as mulheres indígenas, pretas e LGBTI+.

A segunda corrente feminista, que eclodiu nos anos sessenta e setenta do século passado, pôs radicalmente em causa [...] o novo feminismo, que, afirmou-se e difundiu-se por todo o planeta na intersecção entre os movimentos estudantis e juvenis, o novo movimento operário, as lutas de libertação nacional, os movimentos antissegregacionistas, o *Black Power*, que tiveram em lugar em 1968 e ao longo das décadas de sessenta e setenta. [...] Embora também tenha correspondido ao momento de divórcio entre o feminismo e movimento operário (ARRUZZA, 2010, p. 53 e 54).

Já não cabia mais somente reclamar o direito a igualdade de participação política e econômica e a emancipação das mulheres, o movimento feminista tinha ganhado um espaço considerável nas lutas sociais, mas não havia sido o suficiente para estremecer a relação de poder entre os sexos. Por isso, era necessária uma contestação real dessas relações e da desconstrução dos modelos societários políticos, culturais, sociais estruturalmente

patriarcais.

A segunda corrente feminista é, então, marcada pela reivindicação de uma nova reflexão sobre as relações de domínio sexual e das formas de opressão e violência as mulheres e do direito reprodutivo, reivindicando o aborto legal, seguro e gratuito. Para Cinzia Arruzza (2010) os outros dois elementos gerais foram: 1) a teorização de domínio entre os sexos como matriz de outras relações de domínio, opressão e exploração. Foi assim rejeitada, em geral, a ordem hierárquica das contradições que via em primeiro lugar a contradição de classe, seguindo-se a de gênero, a de raça, a de nacionalidade, etc. 2) A elaboração de uma teoria política que abordasse conjuntamente o plano pessoal e o político e que implicasse uma transformação imediata de si própria e das formas da própria existência e do relacionamento com as outras e com os outros.

Essa segunda corrente, ou onda, como quiser chamar, teve sua origem nos Estados Unidos nos anos sessenta – e conseqüentemente, se difundiu pela América Latina –, onde uma de suas maiores inspirações fora o movimento afro-americano, desse movimento, o feminismo extraiu alguns novos instrumentos conceituais, dentre eles, a descoberta da diferença como processo de afirmação e de diferenciação da própria identidade, a autodeterminação, a luta de libertação.

As mulheres brancas que dominam o discurso feminista, que, em grande medida, fazem e articulam a teoria feminista, de um modo geral subestimam a supremacia branca como uma política racial, ignorando o impacto psicológico da situação de classe, bem como seu *status* político no interior da realidade capitalista, racista e sexista (HOOKS, 2019, p.30).

O movimento das mulheres negras surge, então, não com a intenção de romper com o patriarcado, mas também para combater o racismo estrutural, que se fazia e se faz bastante presente no movimento feminista liberal, este que, hoje, tem como maior – e talvez única pauta em discussão – a desigualdade no mercado de trabalho, questiona, superficialmente, a divisão sexual do trabalho, salários e a hierarquização de cargos entre homens e mulheres, no entanto, não colocam em perspectiva de exploração de classes, ou sequer põe em questionamento o modo de produção capitalista. A luta contra o patriarcado perpassa além do significado biológico e binário do que é “ser mulher”, significa ser anticapitalista.

Para o feminismo o patriarcado não representa somente a dominação através da história, este representa, por sua vez, um sistema de opressão que se reconfigura de acordo com o contexto histórico, facilitando a apropriação deste pelos novos modos de produção conforme vão surgindo.

O patriarcado, em presença de – na verdade enovelado com – classes sociais racismo, apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesse. Isto é, a preservação do status quo consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido de igualdade social entre homens e mulheres

respondem às aspirações femininas (SAFFIOTI, 2015, p.113-114).

O patriarcado pode ser expresso de inúmeras formas.

E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado (SAFFIOTI, 2015, p. 110).

Como já falado anteriormente o objetivo principal do movimento feminista é por fim, de maneira definitiva ao patriarcado, discriminação e a opressão.

O movimento feminista pode pôr fim à guerra dos sexos. Pode transformar as relações de tal modo que a alienação, a competição e a desumanização que tanto afetam e definem as interações humanas venham a ser substituídas por sentimentos de intimidade, reciprocidade e companheirismo (HOOKS, 2019, p.68).

Difícilmente o movimento feminista liberal, e arrisca-se dizer que o radical também, serviria de fundamentação sólida para quaisquer relações de igualdade e liberdade. O movimento feminista liberal e o radical já foram, ao longo do tempo, denunciados enquanto falhos por pesquisadoras marxistas, que, ao descartarem enquanto fundantes de igualdade e liberdade da opressão de gênero, sugerem que se adote, dentro do movimento feminista uma perspectiva dialética, como sugere Angela Davis (2017)

Devemos começar a criar um movimento de mulheres revolucionário e multirracial, que aborde com seriedade as principais questões que afetam as mulheres pobres e trabalhadoras. [...] desenvolver ainda mais os setores do movimento que estão se ocupando dos problemas que atingem as mulheres pobres e da classe trabalhadora, como empregos, equidade de salários, licença maternidade remunerada, creches com subvenção federal, abortos subsidiados e proteção contra esterilização forçada (DAVIS, 2017, p.18).

2.2 Uma alternativa anticapitalista

Como já vimos, o feminismo possui inúmeras vertentes e epistemologias teórico-políticas. No entanto, apesar de todas estas, compreende-se que o feminismo marxista, fundamentado numa perspectiva histórica, materialista e dialética é a alternativa anticapitalista mais viável a emancipação não somente da mulher, mas da classe trabalhadora como um todo. Compreender a teoria feminista é compreender as relações sociais e a divisão social e sexual do trabalho.

A perspectiva marxista emancipatória se distingue das demais epistemologias e vertentes, justamente por sua concepção emancipatória humana, para além dos limites do capitalismo. O debate sobre emancipação humana é a base de quaisquer obras marxistas e marxianas das quais podemos ler. Como já afirmado uma vez neste ensaio, as pautas identitárias, quando desvinculadas de uma perspectiva de classes, não são os suficientes para emancipar. O feminismo marxista, então, não se propõe a emancipar somente as mulheres, mas também os homens, visto que sua intenção emancipatória é radicalizar até

o ponto em que se construa, de maneira coletiva, um novo projeto societário, dessa vez, socialista.

Coincidentemente, o projeto ético-político do Serviço Social, assim como o feminismo emancipatório, se encontra na teoria revolucionária marxista, que busca repensar as relações sociais e seus conflitos e tem como pretensão a liberdade substantiva do ser social.

Sabe-se que, por serem dialéticas, as contradições das relações sociais são expressas a partir da questão social, que têm como um de seus pilares estruturantes a exploração relações sociais, de trabalho e de sexo – aqui estão inclusas sexualidade e identidade de gênero. Por isso, a intervenção, de forma coletiva, é imprescindível para a construção de um projeto emancipatório. Para construir um novo projeto societário faz-se necessário compreender o projeto societário do qual vivemos. Não é simples compreender o sistema de produção capitalismo, ou ainda, compreender o antagonismo das relações sociais. Isso não significa fragmentar as classes sociais, não, diferentemente do que dizem, a coletividade só pode ser construída a partir das subjetividades de cada trabalhador e trabalhadora, pois a classe trabalhadora, em si e por si, não é homogênea.

O materialismo histórico-dialético construído por Marx possibilita a compreensão e a análise crítica das relações sociais, e ao se relacionar ao feminismo, permite uma nova perspectiva político-social.

Engels em “A origem da família, da propriedade e do Estado” (1884) é um dos primeiros autores a retirarem as relações de gênero somente da perspectiva biológica e trouxe o debate das desigualdades entre homens e mulheres para o debate filosófico e político. A partir disso, Engels relaciona a opressão de gênero, o papel do casamento, e da estrutura de classes, do controle sobre os corpos femininos, reprodução biológica diretamente com a produção dos bens e a propriedade privada e as relações de produção e reprodução a partir do materialismo-histórico.

O autor revolucionário argumenta que os primeiros seres humanos viveram em sociedades não hierárquicas, onde desta forma, não existira quaisquer formas de opressão, pois sabe-se que a emancipação da mulher não possui uma raiz somente econômica, portanto, como sugere Saffioti (1978), socializar os meios de produção e uma legislação não-discriminatória são essenciais, mas não são o suficientes para a completa emancipação da mulher, uma vez que é necessário, para além disso, a ideia de que a mulher é inferior ao homem enquanto ser humano.

Ao longo de seus escritos, Engels já apontam o processo de fetichização e coisificação da mulher através do casamento. A igualdade e a liberdade são incompatíveis com o capitalismo, mesmo a igualdade formal, ou seja, a igualdade jurídica, não é capaz de forjar a igualdade.

Por isso, o feminismo não pode se contentar em ser um movimento puramente identitário, uma vez que, a questão fundante para a opressão de gênero – e também sexual,

de raça e classe – é o capitalismo. Clara Zetkin, uma das primeiras feminista-socialista-revolucionária compreendia, assim como as mulheres operárias que a emancipação das mulheres não é uma questão individual, pelo contrário, compreende-se que, a emancipação da mulher se dará através da emancipação do trabalho. A emancipação da mulher virá da Revolução, aliás, esta é um dos pilares da Revolução. Por estar diretamente relacionada a Revolução, é imprescindível que a teoria materialista histórico-dialética esteja intrínseca ao movimento e a teoria feminista.

As apropriações feitas pelo capitalismo no que se diz respeito as lutas de classes – e aí, entende-se também, feminismo e luta racial – tem um papel importante ao fragmentar e enfraquecer os movimentos sociais ao passo que fortalece sua capacidade de exploração. Por isso, as relações de opressão não são um problema específico dos grupos oprimidos, ainda que estes sejam os mais afetados, é importante observar e analisar a heterogeneidade das classes, principalmente da classe trabalhadora, pois, somente ao compreender a subjetividade será possível traduzi-las a uma resistência unificada, pois estas são particularidades estruturantes das classes.

A partir disso, ressalta-se a importância do feminismo marxista, pois este nos oferece as ferramentas de análise críticas necessárias para compreender a totalidade das relações sociais de exploração.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo deste texto sugere que, apesar de avanços, ainda são muitos os desafios, uma vez que a opressão das mulheres não se coloca como um problema específico, ao contrário, ele está intrínseco à lógica capitalista, e por isso, a luta feminista deve partir também de uma perspectiva antirracista e anticapitalista. Tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas engendradas ao modo de produção capitalista, que, de maneira didática, se espalham para os campos da cultura, educação e da ideologia, e, portanto, não estão isoladas uma das outras, são problemas estruturantes e que sustentam o modo de produção capitalista.

Defendemos o feminismo marxista como uma alternativa anticapitalista justamente porque está diretamente relacionada ao método de análise materialista histórico-dialético de Marx. A defesa de um feminismo marxista é pertinente ao momento em que vivemos, onde o projeto neoliberal capitalista se movimenta para enfraquecer e fragmentar os movimentos sociais, e conseqüentemente, a luta de classes, pois o projeto neoliberal é um projeto de desmonte de políticas públicas, e, além disso, é um projeto de necropolítica¹⁰. As classes, como vimos, não são homogêneas, pelo contrário, são inúmeras subjetividades que devem

¹⁰ O termo “necropolítica” fora um conceito introduzido pelo professor camaronense Achille Mbembe, que se refere às políticas de Estado que desenvolve sua política de segurança, saúde, educação e as demais políticas públicas direcionadas para as populações mais pobres, onde o aparelho estatal “escolhe” implicitamente quem vive e morre através da negação da humanidade e dos direitos essenciais, especificamente direcionadas a população negra, maioria dos moradores dos territórios periféricos

ser reconhecidas sem que se perca a coletividade em prol da emancipação humana.

Marx teorizou de forma memorável a classe trabalhadora como “classe universal”. O que ele quis dizer foi que, ao lutar para superar a própria exploração e a própria dominação, a classe trabalhadora também estava desafiando o sistema social que oprime a esmagadora maioria da população do mundo e com isso, fazendo avançar a causa da humanidade como tal. Seguidores e seguidoras de Marx, porém, nem sempre compreenderam que nem a classe trabalhadora nem a humanidade são uma entidade indiferenciada, homogênea, e que a universalidade não pode ser alcançada ignorando-se suas diferenças internas (ARRUZZA et al., 2019, p. 103).

Sendo assim, entendemos que a relação entre marxismo e o movimento feminista é primordial para o enfrentamento da questão social, pois, dentre todas as vertentes e epistemologias da teoria feminista, o feminismo marxista é o único que evidencia possuir com maior contundência e afinco o compromisso com a emancipação humana contra todas as formas de exploração. Trata-se por fim, da necessidade e urgência de contraposição, de uma luta contra hegemônica, aliás, é na luta que a gente se encontra.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Ed Boitempo, São Paulo, 2019

_____. **Feminismo e Marxismo**: entre casamentos e divórcios. Edições Combate; Edição 2ª (2010).

_____. **Considerações sobre gênero**: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Revista outubro, n. 23, 2015, p. 48

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º11.340 de 7 de agosto de 2006.

_____. **Lei do feminicídio**. Lei N° 13.104 de 09 de março de 2015.

BEHRING, E. R & BOSCHETTI, I. **Biblioteca Básica Serviço Social**: Política Social, Fundamentos e História. 6. ed. - p. 47-71/147-184. São Paulo: Cortez, 2009.

CISNE, M. **MARXISMO**: uma teoria indispensável à luta feminista. In. 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas – SP.

DAVIS, A. Y. **Mulheres, Cultura e Política**. Ed.1ª. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. In: Obras escolhidas, v. 3 SP; Ed. Alfa-Omega.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo: um guia para quem se importa** – São Paulo: Planeta, 2020.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano**. In: *Revista Isis Internacional*. Vol. 9 - p. 133-141. Santiago, 1988.

_____. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*. - p. 223-244. Anpocs, 1984.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. – Tradução de Leo Vinicius Liberato. Prefácio, Sílvio de Almeida – SP: Veneta, 2019.

HEILBORN, M. L., ARAÚJO L., BARRETO, A. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**. GPP – GER: módulo II. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HOOKS, B. **Teoria Feminista da Margem ao Centro**. Tradução: Rainer Patriota. - p. 30-69. São Paulo, 2019.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Biblioteca Básica Serviço Social: Estado, Classe e Movimentos Sociais**. 3º ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência** - 2.ed. - São Paulo: Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. – V. 4. Petrópolis: Vozes, 1978.

SARTI, C. **A O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. XXI Congresso Internacional da LASA Chicago, 24-26 de setembro de 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol. 2: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB, São Paulo, 1999.